

LÍNGUAS MISTURADAS: PARA ALÉM DE BEM E MAL

Maria Inês Pagliarini Cox (UNIC/UFMT)

Um dia desses, num final de tarde, como de costume, fui a um supermercado que fica perto de minha casa comprar pão. Nas gôndolas próximas à padaria, deparei-me com um novo tipo de pão integral, embalado em saco plástico. Então, movida pela curiosidade de consumidora, pus-me a ler as “informações nutricionais”. Não encontrei as informações sobre calorias que buscava. Contudo, um detalhe lingüístico chamou-me a atenção. Na etiqueta adesiva que fechava o saco, além do peso e do preço do produto, podia-se ler o seguinte:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS

Consumir em 5 dias – conservar a 25 graus

Ingred: Farinha integral, farinha de trigo comum, **gruten** e sal. Contém Estabilizante, Estearoil-2- Lactil, Lactato de Cálcio e Conservantes.

Os olhos e os ouvidos da lingüista se excitaram diante da palavra “gruten”. De repente, em meio a um jargão técnico estéril de voz, um acento sertanejo timbrava um dos termos. *Uma voz se insinuava no texto, à maneira de um rastro no papel (...) efeito ou metonímia do corpo (...). Nympha fugax, fugitiva, passageira, indiscreta aparição, reminiscência pagã ou selvagem na*

economia escriturística, barulho inquietante de uma outra tradição (Certeau, 1994: 249).

Que voz é essa que se insinua por entre as letras do texto impresso? Refiro-me aqui à presença do fenômeno costumeiramente designado, mediante olhar enviesado pelo grafocentrismo, como rotacismo, ou seja, a troca do <l> pelo <r> que, inadvertidamente, alguns se apressam em associar com voz de caipira – gente “inculta” mergulhada na pobreza da oralidade!

Uma tendência portuguesa potencializada pela mistura de línguas

Um exame menos simplista nos revela que o rotacismo se trata de um fenômeno que atravessa toda a história da língua portuguesa tanto em sentido vertical quanto horizontal. É, pois, um processo fonológico pancrônico e pandialetal. É uma tendência lingüística notadamente lusa entre as línguas românicas, indiciada em inúmeros documentos do período de formação da língua portuguesa na Península Ibérica. É também um processo fonológico que acompanhou toda a história da língua na Península Ibérica e para além dela, em sua expansão pelas terras de outros continentes. Não é improvável que se trate de uma deriva fonológica pré-românica, pois o *Appendix Probi* (Séc. III d. C.) registra pelo menos um caso de rotacismo entre seus pares de certo e errado (*flagellum non fragellum*). Textos escritos atestam a sua presença na língua portuguesa desde a mais tenra idade.

Maia (1986), pesquisando textos do galego-português, do século XIII ao século XVI, detectou, durante todo esse período, a ação copiosa do rotacismo, indiciado através do uso freqüente, no registro escrito, da letra <r> em lugar de <l>. Enumera muitos casos, extraídos de documentos da época, de palavras que apresentavam <r> no radical ao invés do <l> latino, a exemplo de: *preito* (1278), *prazo* (1278), *obrigamos* (1329), *pubrico* (1315), *dobro* (1351), *obrigação* (1474) (Maia, 1986: 619 e 620). Ao longo do processo de construção da escrita do português, a maioria dessas palavras foi gramatizada com <r>, porém, para umas poucas, instituiu-se a grafia com <l>, provavelmente mediante uma argumentação que se apoiava na legitimidade da etimologia para se decidir qual das formas concorrentes deveria ser fixada como sendo a correta – a forma popular com <r> no radical ou a forma culta latinizante com <l> no radical?

Não fosse a tendência etimológica que recorria à forma latina, à língua-mãe, para resolver as vacilações entre <l> e <r> no vernáculo português, provavelmente não conhecêssemos encontros consonantais como /pl/, /bl/, /tl/, /kl/, /gl/ e /fl/. Antes que a escrita fosse presidida pelo desejo de unificação, de postulação de uma convenção única, os autores vacilavam, erravam pela língua, ao registrar tais encontros, escrevendo-os ora com <l>, ora com <r>. E isso não era considerado um erro. Entretanto, à medida que as convenções ortográficas foram instituídas, passaram a figurar como leis. A partir de então, dizer/escrever “público” é uma infração à lei.

Bagno (1997: 41) serve-se da autoridade de Camões, que é visto como o maior artesão da língua portuguesa, para mostrar que, diferentemente do que pensam muitos leigos e também muitos doutos em assuntos gramaticais, o rotacismo não é uma pronúncia cacoépica exclusiva de brasileiros caipiras, analfabetos ou semi-alfabetizados. O autor extrai de “Os Lusíadas” inúmeros casos de troca entre <l> e <r>, como em: *fruta, frecha, ingrês, pranta, pruma, pubrica*.

Numa edição semi-diplomática do documento original do Tratado de Tordesillas, datado de 1494, constata-se que o uso de “pubrico” era comum até mesmo no registro escrito oficial e formal da língua portuguesa:

Manifesto e notorio seja a todos quanto este pubrico stormento virem como / na uilla de Tordesillas a sete dias do mês de junho, anno do Nascimento de nosso / Senhor Ihesu Christo de mil e quatrocentos nouenta e quatro annos, em presença de nos os secre/tarios scripuaães e notairos pubricos adiante escriptos ... (Embajada de España, Consejeria de Educación. 1494-1994, V Centenário do Tratado de Tordesillas, 1994: 50)

Oliveira, ao tratar das consoantes líquidas <l> e <r>, tece o seguinte comentário sobre a inclinação ao rotacismo:

(. . .) saberemos q) a forma e melodia da nossa lingua foy mays amiga de por sempre .r. onde agora escreuemos as vezes .l. e as vezes .r. como gloria

e flores: onde diziã grorea e frores: e tambe outras partes comestas (Oliveira, 1933:40)

Atualmente, o rotacismo ainda é um processo fonológico ativo em variedades lingüísticas faladas na Península Ibérica. Ferreiro (1996), em sua Gramática Histórica Galega, observa que o rotacismo da líquida é freqüente em grupos consonantais com <l>, citando, entre outros exemplos, este: *clamare > clamar > pop. cramar*. Segundo o autor, a forma popularizada ou semi-culta dos grupos consonânticos foi incorporada à modalidade literária do galego nos períodos em que o discurso separatista imperava:

Na língua popular, é frecuente o tratamento semiculto (com rotatización da líquida) de numerosos cultismos en que aparecen estes grupos consonánticos com l: CLAMARE>clamar>pop. cramar, etc. Com relativa frecuencia, estas popularizacións de grupos cultos foron incorporados á lingua literaria en períodos en que actuaba com forza o diferencialismo (desde finais do século XIX a mediados do século XX).(Ferreiro, 1996: 145)

Ferreiro observa, pois, que o rotacismo é um fenômeno de ampla ação no galego moderno, atingindo os grupos consonantais com <l> em quaisquer contextos lingüísticos.

Vigoroso na sociedade portuguesa dos quinhentos, ainda em processo de gramatização de sua língua nacional, o rotacismo acompanhou a rota do império lusitano na empresa de expansão de seus domínios e colonização das terras do Novo Mundo. Assim chegou ao Brasil, onde floresceu, longe da pressão da língua da corte e potencializado pelo contato com línguas indígenas que não dispunham de / l / entre seus fonemas. No Brasil, acompanhou a rota dos bandeirantes paulistas pelos sertões, através de que chegou à Baixada Cuiabana.

A história de Mato Grosso, narram produções historiográficas oficiais, começa a contar a partir do momento, início do século XVIII, em que a região é

alcançada pelas Bandeiras Paulistas. Conta-se que os bandeirantes teriam vindo prear índios, mas descobriram ouro nas barrancas do Coxipó. Essa descoberta levou-os a se fixar na região, contrariando o seu habitual nomadismo. Santiago-Almeida (2000:27), citando Melo (1971), afirma que os bandeirantes teriam se encarregado de disseminar o dialeto formado no planalto piratiningano pelos sertões de Minas, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e, através do São Francisco, até pelo Nordeste. Esse dialeto, resultante da interação entre o português arcaico tardio e as línguas indígenas e africanas, constituiria a espinha dorsal das variedades lingüísticas faladas pelas populações interioranas, habitualmente referidas como dialeto caipira.

A hipótese de o rotacismo ter sido trazido para a região da Baixada Cuiabana pelos bandeirantes é provável, se considerarmos que eles vinham da região de Piracicaba, berço do dialeto caipira, e que o caminho usado por eles era principalmente o fluvial. Contudo, a sua persistência e intensidade no falar cuiabano estão, certamente, ligadas à difícil e escassa comunicação da região com outras partes do país ao menos até as primeiras décadas do século XX, à falta de escolas e, conseqüentemente, ao baixo grau de letramento da população, à inexistência da imprensa, à distância do aparelho estatal com sua burocracia e linguagem formal e protocolar, entre outros fatores. O rotacismo não teria encontrado barreiras para se multiplicar numa cultura predominantemente oral, a salvo da pecha de forma inculta ou de erro que poderia macular-lhe a inocência e alçá-lo à condição de um comportamento lingüístico indesejável a ser evitado ou corrigido. As forças centrípetas que poderiam frear e tolher-lhe a florescência, se existiam e agiam, eram tênues.

Além desses fatores, a interação dos bandeirantes com o povo bororo, ainda que marcada pela violência, parece ser fundamental para explicar o vigor do rotacismo no falar cuiabano. Segundo o mestre salesiano Mario Bordignon, a formação do povo cuiabano – *filho de mãe bororo, presa e escrava e o pai, o português, o negro* – não pode ser desconsiderada na compreensão dos traços do falar cuiabano, incluindo-se o rotacismo. Como os filhos mamelucos eram criados pelas mães, aprendiam o português pronunciado por elas que, por certo, não conseguindo pronunciar o //, ausente do bororo, traduziam-no por

/r/. Evocando D. Aquino, o mestre salesiano assim diz do falar abororado de Cuiabá:

(...) Dom Aquino nasceu em Cuiabá, morreu em Cuiabá, e ele faz documento do falar abororado em Cuiabá, do cuiabano abororado, algumas coisas que todo mundo fala “petche”, “matchitche”, isso é típico do bororo, outra, por exemplo, o bororo não tem a letra “l”, que eu substituo por “r”, então, por exemplo, o cuiabano fala “estou estudando ingrês” e não diz inglês, o bororo não tem “l”.

Quando examinamos uma variedade lingüística como o falar cuiabano, tendemos a pensar que as vozes indígenas misturaram-se ao português muito mais profundamente do que no mero nível lexical, mais precisamente na toponímia, como costumam supor as histórias que se contam da formação do português brasileiro. Nas muitas línguas fluidas que falamos, as vozes portuguesas, indígenas, africanas dentre outras correm juntas de modo indistinto.

Ao longo de 27 anos de vida em Cuiabá, pude acompanhar de perto o sofrido processo de desnaturalização do rotacismo e sua maculação como comportamento lingüístico indesejável, a ser evitado ou corrigido, e até tratado em consultórios de fonoaudiologia:

Eu acho feio o modo que os cuiabanos pronunciam estas palavras: bicicleta, chicrete, acho que deveria juntar todos os cuiabanos para terem sessões com fonoaudiólogos, eu até ensino minha namorada a pronunciar corretamente, sei que com muita calma e paciência ela vai conseguir falar correto as palavras, e a escrita dessas palavras não poderia nunca ser língua consagrada ou entrar num dicionário (advogado paulista, 26 anos)

Nos seus quinhentos anos de vida no Brasil, o rotacismo tornou-se um traço altamente estigmatizado, a marca registrada do dialeto caipira, língua que sai da boca de jecas-tatus, reminiscência arcaica, não prevista e não esperada em práticas sociais e lingüísticas urbanas, escritas e formais. É investido dessa aura negativa que o rotacismo circula no mercado lingüístico cuiabano em sua configuração atual, espaço onde é impiedosamente rechaçado por falantes,

chegados em Cuiabá aos milhares nas últimas três décadas, que não apresentam esse traço fonológico em seu vernáculo.

A dança da língua e o riso intempestivo

O riso foi a primeira reação, provocado certamente pela emergência extemporânea de um traço de uma língua menor, suja de terra, rústica, num texto asséptico que aciona o repertório de gêneros discursivos citadinos e ligados a esferas de atividades de produção, comércio e consumo de alimentos, próprias das sociedades complexas e industrializadas da alta modernidade. Textos desse gênero normalmente veiculam, colados às embalagens, informações acerca dos componentes nutricionais, da validade e das formas de conservação dos produtos (tema). Apresentam uma estrutura composicional rígida, o formato de um elenco de frases e locuções nominais designativas dos ingredientes e são extremamente sintéticos, uma vez que devem se ajustar aos limites de um rótulo ou de uma etiqueta de balança (composição). Caracterizam-se pelo uso de um jargão técnico e de uma linguagem impessoal, formal, escrita, padrão, seca (estilo). Aparentemente apresenta-se como um enunciado sem enunciador: é como se o próprio produto falasse por si só.

Via-me lendo um texto sério, sisudo, sem graça, produzido por um enunciador que, certamente mero escriba-digitador, copiara os enunciados produzidos num outro tempo e lugar por um enunciador-autor, instituído e legitimado pelo domínio de um saber especializado, mas ainda assim ria. Fazia-me rir o fiapo de voz matuta que fluía das profundezas da alma sertaneja e usurpava o lugar a ser ocupado pelo nobre grafema <I>, cadáver ressuscitado pelos legitimistas que gramatizaram muitas das palavras da língua portuguesa nascente, decalcando-as sob a etimologia latina. Era como se estivesse diante da figura do bobo da corte. Desafinando no uso do estilo elevado, a voz desse como que bobo da corte corrói o convencionalismo, os hábitos e os lugares comuns da linguagem. Essa ironia impensada, inusitada, essa ironia do destino, fez-me irromper em riso. O riso explodiu no momento em que a forma “gruten” me fez acordar para a esclerose da língua em muitas esferas da vida social. O riso, diz Bergson (1983), castiga a rigidez dos movimentos mecânicos e automáticos, convertendo-a em maleabilidade, ao que Larrosa faz coro:

O riso polemiza com o sério, entra em contato com o sério, dialoga com o sério, com essa linguagem elevada que pretende envolver o mundo e compreendê-lo e dominá-lo, com essa linguagem canonizada e aceita que não duvida de si mesma. O riso desmascara essa linguagem, retira-a de seu lugar, de seus esconderijos, a expõe ao olhar como ela é, como uma casca vazia. (...) E, assim, o riso põe a nu (...) a arbitrariedade e a contingência de qualquer forma estabilizada, (...) impede que as máscaras, crentes de si mesmas, se solidifiquem e se ressequem. E essa é sua contribuição para a aprendizagem: não a destruição das máscaras, mas o reconhecimento de seu caráter de máscaras e o impedimento de que se grudem completamente. (...) E, então, o baile de máscaras converte-se em uma alegre dança. (Larrosa, 1998: 223-226)

Na vida sendo vivida, as múltiplas línguas de nossa língua materna não existem em estado puro, não existem em sistemas fechados. Elas se esquecem de suas leis, normas, regulamentos, transbordam fronteiras, vazam umas nas outras, contaminam-se. Enformam-se e deformam-se sem cessar. São festas, carnavais. As muitas línguas enredam-se numa dança sem fim. E o que delas aprendemos vivendo, experimentando cotidianamente, traz junto a fluidez da música, das vozes que as impedem de parar de dançar. Aprendemos as fôrmas, mas aprendemos também a potência de diferenciação e multiplicação das línguas vivas que não se deixam imobilizar por sistemas. Aprendemos o esgarçamento das fronteiras, a mistura de códigos. Aprendemos que as línguas vivem não quando se purificam, mas quando se misturam. O um não gera nada, é estéril. Apenas as línguas mortas se preservam intactas, imaculadas, imunes à influência de fluxos languageiros alheios e à historicidade que altera todas as coisas.

Afetos contraditórios: purificar, domesticar ou celebrar a mistura?

Passado o júbilo primeiro ante a cintilação imprevisível da vida da língua numa esfera de comunicação em que circulam gêneros técnicos, de praxe,

avessos a qualquer timbre de voz ordinária, me vi, professora das Letras, atravessada por afetos contraditórios...

Num primeiro momento, imaginei-me na pele de um professor de gramática à moda antiga, desses que fazem questão de ignorar a revolução copernicana do pensamento lingüístico havida no século XX ou desses que, não podendo ignorá-la, tomam o caminho fácil de imputar aos lingüistas a derrocada do idioma nacional, pela adoção incoseqüente das teorias variacionistas que autorizam posturas relativistas e liberais em relação ao “erro” e, por extensão, o descuido em relação ao ensino da norma padrão. Na primeira ou na segunda hipótese, interpelada pela ortodoxia gramatical e purismo lingüístico, subsumiria que a língua é sinônimo de norma padrão. E tudo o que não é espelho da norma padrão, veria como doença da língua.

Não questionaria essa visão reducionista, há muito naturalizada, que gramatizara, a partir do final do século XV, as línguas vulgares vivas, românicas ou não, sob o espartilho da gramática do latim clássico, que, conquanto usado como código escrito de comunicação pelo Estado, pela Igreja e outras instituições ligadas à alta cultura praticamente em toda a Europa, era já uma língua morta, não se constituindo mais em vernáculo de nenhum povo. Assim, esse paradigma de pensamento lingüístico, erigindo-se em torno de um latim (literário) imóvel, faz triunfar, até os nossos dias, o modelo normativo de gramática com seus princípios de regularidade e fixidez e com seus critérios de avaliação polarizados em “certo” e “errado” que, numa atitude purista, leva a renegar toda sorte de variação e mudança que afetem uma dada língua. A atitude purista é “uma atitude normativa permanente que repousa num modelo unitário e fortemente seletivo da língua e não tolera nenhum desvio em relação a esse modelo predefinido, quaisquer que sejam as condições objetivas da vida lingüística da comunidade. A norma purista deve ser única e permanente, já que ela serve para avaliar discursos emitidos durante um longo período de tempo” (Rey, 2001: 1367). Mais e melhor, uma das principais características do purismo é a recusa do tempo histórico que, efetivamente, é uma recusa das transformações sociais.

Como purista, julgaria abominável a mistura de línguas e/ou dialetos, porque a mistura coloca em contato e amalgama “elementos estrangeiros

provindos de idiomas surdamente desprezados e porque sua multiplicação faria de nossa língua um idioma abertamente desprezível (um saber, um patoá, um crioulo)” (Rey, 2001: 140). Trocando em miúdos, como purista, me recusaria a ver na palavra “gruten” mais do que um erro medonho, mais do que um atentado contra a língua correta e verdadeira. Ignoraria que a apropriação feita por <r> do território de <l> na palavra “gruten” é sintoma de uma mudança social que vem desfazendo as fronteiras rígidas que separavam as classes sociais, assim como encurtando as distâncias físicas e culturais que separavam o mundo rural e o mundo urbano. Veria o outro, ou seja, o <r>, como um inimigo, aliás como um bárbaro (Afinal, bárbaro não é aquele que fala de modo incompreensível?) que invade e ameaça a integridade do idioma nacional civilizado. Pensaria na presença do <r>, recorrendo a uma metáfora bélica, como um ataque a me impelir ao combate, à defesa do território. Poderia também recorrer a uma metáfora biológica e ler o <r> como uma bactéria maligna contaminando e infestando um organismo sadio que corre o risco de apodrecer e se decompor; ou a uma metáfora jurídica e ler o <r> como uma infração à lei, como um crime de lesa-língua; ou a uma metáfora moral e ler o <r> como um desvio, uma perversão, um atentado contra a retidão e os bons costumes lingüísticos; ou a uma metáfora religiosa e ler o <r> como uma heresia, um pecado, contra a sacrossanta doutrina gramatical sempre defendida pelos tribunais de inquisição. Qualquer que fosse a metáfora, minha inclinação seria para reconduzir a língua à sua suposta pureza originária, buscando derrotar o inimigo ou a bactéria invasora, corrigir a conduta desviante, extirpar o mal, penalizar o crime ou queimar os hereges na fogueira.

Mas essa “persona” eu a vesti num pesadelo de que acabo de despertar. Acordada eu jamais a vestiria, ao menos desde as primeiras lições de lingüística no ano de 1973, ocasião em que ingressei no curso de Letras e me desfiliei da ideologia purista, aprendida literalmente na carne como aluna de grupo escolar, ginásio e escola normal (“Copiar 100 vezes a palavra ‘gluten’” ou “Dizer 10 vezes a palavra ‘gluten’ na frente da sala, diante dos colegas”), na significação das diferenças inerentes à língua portuguesa ou a qualquer outra língua viva. O contato com a lingüística cedo me fez entender que o que separa o português padrão de outras variedades do português não é a obediência versus a

desobediência às regras gramaticais. Do ponto de vista lingüístico, ou seja, da existência de uma gramática que rege a produção dos enunciados, todas as variedades estão em pé de igualdade. Todas são regidas por uma gramática. Logicamente, o termo “gramática” corresponde aqui ao conjunto de regras que os falantes de fato apreenderam no uso de uma dada variedade lingüística e não ao conjunto de regras que devem ser seguidas por todos os falantes de português, qualquer que seja a circunstância. Assim, por exemplo, o que diferencia o português culto do português caipira não é que o primeiro obedece às regras gramaticais de concordância verbal e nominal e o segundo não, mas sim que a gramática do português culto tem regras de concordância e a do caipira não. São duas gramáticas diferentes. Quer dizer, o português caipira não é um desvio, uma deturpação da gramática do português padrão, mas uma variedade perfeitamente gramatical. Retomando o exemplo que gerou este ensaio, diria que a gramática do português padrão que produz a palavra “gluten” faculta a combinação de consoante oclusiva /g/ com consoante lateral // e vibrante /r/ nos encontros consonantais tautossilábicos, ao passo que a do português caipira faculta a combinação de consoante oclusiva /g/ apenas com a consoante vibrante /r/. Portanto, são condições de estruturação silábica diferentes numa gramática e noutra.

Dessa forma, a interpelação pelo discurso da lingüística me permite interpretar a presença do <r> no lugar de <l> como a manifestação intempestiva de um som da língua materna de um sujeito se enfrentando penosamente, como falante adulto, com um português que lhe é estrangeiro. A despeito de toda vigilância, os acentos nativos irrompem! Não estou fazendo com isso apologia das variedades lingüísticas populares e nem sugerindo que a escola lave as mãos de sua responsabilidade de ensinar português padrão, como algumas leituras acusatórias da lingüística, tortas e apressadas, insistem em afirmar. Se a lingüística me ensinou que toda língua é várias, me ensinou também que há uma hierarquização entre as variedades. Embora do ponto de vista lingüístico, gramatical, não seja possível hierarquizá-las, do ponto de vista de sua distribuição entre os falantes de uma dada formação social é possível. A hierarquização das variedades é decorrente da estratificação social que divide seus falantes em classes. Pela sua associação com os grupos dominantes e, conseqüentemente, pela sua hegemonia como língua do Estado, da escola, da

imprensa e de todas as instituições ligadas à alta cultura, o português padrão constitui um valor absoluto que é parâmetro de avaliação de todas as demais variedades. Constitui, usando um conceito de Bourdieu (1998: 53), um “capital lingüístico” que proporciona um certo lucro material ou simbólico a seu possuidor/usuário. Quer dizer, os signos lingüísticos não são meros significantes à espera de decifração; “são também *signos de riqueza* a serem avaliados, apreciados, e *signos de autoridade* a serem acreditados e obedecidos”. No exemplo aqui explorado, o <l> é um signo de riqueza e autoridade ao passo que o <r> é de pobreza e impotência. A relação de força lingüística que se estabelece entre quem diz/escreve “gluten” e quem diz/escreve “gruten” não é, contudo, meramente lingüística; atrás dela age toda a estrutura sócio-econômica. Diante dessa compreensão, como lingüista, jamais deixaria de defender a idéia de que é na escola que as crianças precisam se apropriar de/aprender a usar a forma “gluten”, uma vez que, no mercado lingüístico onde entabulam trocas verbais, o <l> pode valer mais do que o <r> em certos contextos. A escola não pode descuidar da atribuição de fazer de sua clientela acionária da norma padrão, principalmente quando as agências de socialização e educação informal que ensinam a língua materna vernacular às crianças não podem fazê-lo.

Contudo, ancorada nas lições da sociolingüística, não encararia a missão da escola como a de corrigir a linguagem errada, a de erradicar a forma <gruten> da fala dos alunos para que ela não emergisse nos falantes adultos qualquer que fosse a circunstância, mas sim como a de ampliar-lhes os recursos comunicativos, de modo a capacitá-los a “atender às convenções sociais, que definem o uso lingüístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação (Bortoni-Ricardo, 2004: 75). Postulando que a heterogeneidade lingüística é inerente a toda e qualquer comunidade social, veria a língua como um mosaico, um compósito de normas que se correlacionam probabilisticamente a fatores sociais, a contextos extralingüísticos. Veria a língua não como um conjunto de regras categóricas, mas sim de regras variáveis. Não veria mais a língua como um UM central, mas como a justaposição de vários UNS setorizados. Para dizer de outro modo, pensaria que todo falante é políngüe em sua própria língua, ou, como diz Paquette (2001: 253), que todo falante é “polirregistral”. Assim, não me nortearia pelo principio da “correção”, mas pelo de “adequação”, tal como proposto pelo

sociolinguísta norte-americano Dell Hymes, que cunhou o termo simultaneamente à proposição do conceito de “competência comunicativa”, complementar ao conceito de “competência lingüística”, postulado por Chomsky na década de 1960. Enquanto o conceito de competência lingüística responde apenas pela boa formação gramatical das sentenças, gerando a categoria avaliativa gramatical/agramatical (que não equivale à categoria certo/errado), o conceito de competência comunicativa, além das regras sintáticas de formação de sentenças, inclui as normas sociolinguísticas que regulam o uso da língua. Como afirma Bortoni-Ricardo (2004: 73), “o falante não só aplica as regras para obter sentenças bem formadas, mas também faz uso de normas de adequação definidas em sua cultura. São essas normas que lhe dizem quando e como monitorar o seu estilo”. Quer dizer, o conceito de competência comunicativa põe as muitas normas lingüísticas de uma língua em co-relação com a situação, com o interlocutor e com o assunto. A “adequação” resulta, pois, da sintonia entre normas lingüísticas e normas sócio-culturais, ao passo que a “inadequação” resulta da falta de sintonia entre esses dois termos. Em textos que tratam da aplicação do conceito de competência comunicativa ao ensino de língua materna, abundam metáforas caricaturais como esta – É tão inadequado ir a um baile de gala de bermuda, camiseta e chinelo de dedo, quanto ir a um churrasco de beira de rio de fraque! – para ilustrar visualmente o conceito de inadequação. Analogamente, podemos dizer que é tão inadequado escrever <gruten> num texto do gênero “Informação nutricional”, quanto usar <data vênica> para apresentar uma opinião contrária à de um colega num “bate-papo”, regado a cerveja, em torno de uma mesa de bar. “Em outras palavras, cada falante, em cada um dos registros que utiliza, se torna conforme ou não à normatização que o atravessa” (Paquette, 2001: 252). No novo modelo de ensino de línguas, as premissas da sociolinguística resultam num currículo que, em tese, acolhe a diversidade de normas e opera, não com o princípio da correção, mas de adequação lingüística. Se, para o primeiro modelo, o ideal é o monolingüismo da norma padrão em qualquer contexto, para o segundo o ideal é um monolingüismo relativista em que norma e contexto entrem em sintonia. O uso da norma culta passa a ser uma exigência do contexto e não mais uma exigência incondicional.

Centenas, milhares de vezes, falei, como professora de Letras, interpelada por esse discurso, porém, nunca sem um certo mal-estar diante do que sempre me soou como uma contribuição à domesticação e a disciplinarização das forças que fazem uma língua variar. Quer dizer, se a sociolingüística captura o polilingüismo de uma mesma língua, trata-se ainda de um polilingüismo bem comportado que situa as variações do sistema dentro de fronteiras bem definidas. Disciplinadas por uma racionalidade funcionalista, bem ao gosto da ordem econômica vigente, as variantes de uma língua são submetidas a um regime de separação, disposição, organização, identificação, formalização e ordenamento, segundo as esferas de atividades sociais e os gêneros discursivos que lhe são próprios. Assim, aquele que fala/escreve precisa autogovernar-se no uso da língua adequada ao contexto: cada registro a seu tempo e em seu lugar. As misturas de registros, apesar de abundantes, são vistas como fenômenos periféricos, atípicos, no conjunto dos usos “normais” da língua. Porém, todos sempre desafinamos, sempre saímos do tom, a exemplo do escriba que deixou escorrer, pelos dedos, eflúvios de uma língua menor, indesejável num texto como o que gerou este ensaio. Incomoda-me pensar nesse escriba como um sujeito indisciplinado, incapaz de autogovernar-se no uso do complexo de registros do português, a língua que fala/escreve/compreende, ou como um sujeito inconveniente, incapaz de comportar-se lingüisticamente de modo adequado à ocasião. Preferia, deleuzeanamente, pensar nesse escriba como um falante que encarna as forças de afirmação da vida da língua que é “pura fluência sem forma” (Almeida, 2003: 94). Preferia me regozijar com a inesperada aparição de <r> em <gruten> – fora do tempo e do lugar – como um índice da vitalidade, da juventude do português, sem o peso da espada que me faz sentir no dever de persuadir os alunos de que devem aprender a controlar o aleatório e a conjurar os acasos no uso da língua. Como gostaria de não desejar a estabilidade, o repouso, a esclerose, a morte da língua! Como gostaria de “celebrar os prazeres – e até mesmo os perigos – da confusão de fronteiras” (Corazza & Tadeu, 2003: 13), da mistura de corpos, da troca de fluidos entre as muitas línguas de uma língua! Como gostaria de festejar a multiplicação do português, “como uma linha de criação contínua que se alonga, sem princípio nem fim, em direção às possibilidades inexploradas” (Almeida, 2003: 99)! Como gostaria de experimentar uma educação lingüística

sob o signo da dança, no mesmo espírito que faísca neste aforismo de Nietzsche:

Eis como quero o homem e a mulher: ele apto para a guerra, ela para a maternidade, mas ambos aptos para a dança, tanto pela cabeça como pelas pernas.

E que se considere perdido todos os dias em que não tiver dançado ao menos uma vez; e que se considere falsa qualquer verdade que não seja acompanhada de risos! (Nietzsche, s.d., 239).

Como gostaria de alcançar um tempo em que a mistura de línguas pudesse ser vivida sem a canga do bem e do mal!

Bibliografia

ALMEIDA, Júlia. Estudos deleuzeanos da linguagem. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolingüística*. São Paulo: Contexto, 1997.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EdUSP, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORAZZA, Sandra e TADEU, Tomaz. *Composições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

COX, Maria Inês Pagliarini. Crique aqui: um signo mestiço. *Signum: Estudos da Linguagem*, Editora da UEL, Londrina, n.4, 2001, p. 81-94.

COX, Maria Inês Pagliarini. Pedagogias da língua: muito siso e pouco riso. *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 63, maio/agosto de 2004, p. 135-148

COX, Maria Inês Pagliarini. O rotacismo no falar cuiabano: a potência da voz mameluca em uma variedade de português brasileiro. In: Cox, M. I. P. & Santiago-Almeida, M. M. (orgs.). *Vozes cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Cathedral, 2005, 95-114.

EMBAJADA DE ESPAÑA, Consejería de Educación. 1494-1994, V Centenário do Tratado de Tordesillas, 1994

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.) *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p.37-61.

FERREIRO, Manuel. *Gramática Histórica Galega*. Cidade: Edicións Laiovento, 1996.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

NIETZSCHE, F. Assim falava Zaratustra. Viseu: Tipografia Guerra, s.d..

OLIVEIRA, Fernão. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Lisboa: Edição de José Fernandes Júnior, 1933.

PAQUETTE, Jean-Marcel. Processo de normatização e níveis/registros de língua. In: BAGNO, Marcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 237-254.

REY, Alain. Usos, julgamentos e prescrições lingüísticas. In: BAGNO, Marcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 115-144.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. *Aspectos fonológicos do português falado na Baixada Cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil (manuscritos da época das Bandeiras, século XVIII)*. Tese de Doutorado, USP/FFLCH, 2000.

Os primeiros documentos do português datam do século XIII.

O galego-português, vigente no período compreendido entre o século XIII e meados do século XIV, grosso modo, pode ser visto como a fase arcaica da língua portuguesa, estendendo-se até o século XVI (com a publicação de “Os Lusíadas” de Camões), quando se inicia o período moderno.

O galego é considerado um dialeto do espanhol como o basco e o catalão. Porém, a população que fala o galego tem lutado para conferir-lhe o estatuto de uma língua autônoma e oficial.

Vale observar que se trata de uma gramática do galego escrita em galego. Entrevista concedida pelo mestre salesiano Mario Bordignon à professora Ema Marta Dunk que produziu uma monografia sobre a influência do bororo no falar cuiabano.